
CHILE,
O OÁSIS SECO
LUIS SEPÚLVEDA

CHILE, O OÁSIS SECO

LUIS SEPÚLVEDA *

Era o início de Outubro, apenas algumas semanas antes da explosão social que sacode o Chile, abrangendo toda a sua estranha geografia. Uma explosão que, no final de Novembro, se traduziu por mais de vinte mortos, centenas de mutilados, milhares de feridos, um número indeterminado de detidos, de actos de tortura, de agressões sexuais e inúmeras atrocidades cometidas pela polícia e pelas forças armadas. Imediatamente antes destes acontecimentos, o presidente chileno Sebastián Piñera havia falado sobre as convulsões que abalavam o resto da região. Apresentou então o Chile como um «oásis» de paz e de tranquilidade no meio da tempestade.

Não era a presença de uma água particularmente doce, nem de palmeiras de folhagem exuberante, que caracterizava este «oásis», mas as barreiras aparentemente intransponíveis que o rodeavam. Os chilenos estavam do lado bom destas barreiras, forjadas numa liga singular: economia neoliberal, ausência de direitos civis e de repressão. Os três metais mais desprezíveis.

Até a multidão ter enegrecido as ruas chilenas nas últimas semanas, os economistas e os dirigentes políticos que se agarravam ao credo «*menos Estado, mais liberdade de iniciativa*» como a uma bóia explicavam que se tinha produzido um milagre no Chile. Quase por geração espontânea. A prova irrefutável deste milagre eram os números do crescimento e as estatísticas económicas aplaudidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial.

Mas este pequeno paraíso austral não existia para o conjunto da população. Ele ignorava detalhes aparentemente tão subjectivos como o direito a um salário justo, a reformas decentes, a uma educação pública de qualidade, a um sistema de saúde digno desse nome. Quase não dava importância ao direito de os cidadãos decidirem a sua sorte, não lhes dando outra alternativa que não fosse a de engolirem os números macroeconómicos com que o poder os alimentava.

No dia 11 de Setembro de 1973, um golpe de Estado derrubava a democracia chilena^[1]. Uma ditadura brutal instalava-se em Santiago, onde se manteria durante dezasseis anos. Não para restaurar a ordem ameaçada, ou para salvar a pátria da ameaça comunista: o projecto que motivou o golpe de Estado era pôr em prática os preceitos dos gurus neoliberais, encabeçados por Milton Friedman e pela escola de Chicago. Tratava-se de instaurar um modelo económico de um novo tipo, que originaria por seu lado um novo tipo de sociedade. Um mundo obrigado ao silêncio, onde a precariedade seria a norma e a ausência de direitos a regra. Um mundo onde as espingardas se encarregariam de assegurar a paz social.

A ditadura cívico-militar atingiu os seus objectivos. Ela inscreveu-os numa Constituição cujo texto consagra o modelo económico instaurado pela força

e erigido em definição do país. Nenhuma outra nação latino-americana se dotou de uma bússola tão fielmente alinhada com o bem-estar de uma minoria, com desprezo pelo resto da população.

Com o «regresso da democracia», ou, melhor dizendo, com a «transição chilena para a democracia», a partir de 1990, as regras do jogo não se alteram. A Constituição da ditadura é retocada sem que se modifique o essencial. Todos os governos de centro-esquerda e de direita que se sucedem empenham-se em manter o sacrossanto modelo económico, enquanto que a precariedade gangrenava sectores cada vez mais vastos da sociedade.

Se, durante uma refeição, tivermos duas pessoas e dois bolos, de um ponto de vista estatístico, o consumo é de um bolo por pessoa. Mesmo que um dos dois coma tudo, sem deixar nada para o outro. Eis o passe de mágica que permite ao Chile apresentar o seu modelo como um sucesso: não sendo verdadeiramente nem uma ditadura nem uma democracia, assegura a sua sobrevivência graças à repressão e ao medo.

Um dos homens mais ricos do mundo, Julio Ponce Lerou, antigo genro do ditador Augusto Pinochet e herdeiro, por ordem do general, de um império económico que foi construído roubando aos chilenos o que lhes pertencia, pagou imensas somas de dinheiro à maioria dos senadores, dos deputados e dos ministros para que prosseguissem servilmente as privatizações. Quando a sociedade o descobriu, o Estado respondeu em dois tempos: sugeriu que criticar estes factos fazia com que se pusesse fim ao «milagre chileno»; e organizou a repressão dos manifestantes.

No Chile, a água pertence a um punhado de multinacionais. Toda a água. A dos rios, a dos lagos, a dos glaciares. Quando as pessoas saíram à rua para protestar contra esta situação, o Estado empenhou-se no único diálogo que tolera: o que responde às reivindicações populares com golpes de matraca.

O mesmo aconteceu quando a sociedade se mobilizou para defender o património natural ameaçado pelas transnacionais da produção de electricidade; quando os estudantes do secundário exigiram uma educação pública de qualidade, liberta do monopólio do mercado; ou quando uma grande parte do país assumiu a defesa do povo mapuche, sistematicamente oprimido. O Estado deu sempre a mesma resposta: reprimir e afirmar que os contestatários ameaçavam o milagre económico chileno.

A paz do oásis chileno não se estilhaçou por causa de um simples aumento do preço dos bilhetes de metro em Santiago.

Ela foi corroida pelas injustiças cometidas em nome das estatísticas macroeconómicas. Pela in-

solência de ministros que aconselham as pessoas a levantarem-se mais cedo para economizarem no custo dos transportes colectivos^[2]; que, face ao aumento do preço do pão, recomendam que se comprem flores porque elas, ao menos, não aumentaram; que convidam a organizar noites de bingo na esperança de recolher fundos para reparar o telhado das escolas que as primeiras chuvas inundam.

A paz do oásis chileno estilhaçou-se porque não há nada de justo no facto de os estudantes universitários terminarem os seus cursos afogados num mar de dívidas que demorarão quinze ou vinte anos a pagar.

A paz do oásis chileno estilhaçou-se porque o sistema de reformas está nas mãos de empresas-vampiro, que investem os fundos que recolhem em mercados especulativos e fazem pagar as perdas que registam aos reformados, estes pobres seres humanos aos quais pagam pensões de miséria, calculadas na base de uma avaliação mórbida do número de anos que lhes restam de vida.

A paz do oásis chileno estilhaçou-se porque, no momento de escolher a sociedade que gerirá a sua conta de capitalização para a reforma, o trabalhador, o operário, o pequeno patrão, tem de ter em conta este aviso das autoridades: «*A maior parte da tua pensão de reforma dependerá da inteligência que mostrares ao colocar as tuas poupanças nos mercados financeiros*».

A paz do oásis chileno estilhaçou-se porque uma maioria de pessoas começou a dizer «não» à precariedade e se lançou à reconquista dos direitos que perdera.

Não há revolta mais justa e mais democrática do que a que abala o Chile.

Os manifestantes exigem uma nova Constituição, que represente o conjunto da nação, em toda a sua diversidade.

Exigem que se reverta a privatização da água e do mar. Exigem o direito de existir, e de serem considerados como sujeitos activos do desenvolvimento do país.

Exigem ser tratados como cidadãos, não como a parte fraca de um modelo económico condenado ao fracasso pela sua desumanidade.

Não há revolta mais justa e mais democrática do que a que abala o Chile.

E não há repressão, por muito dura e criminosa que seja, que possa parar um povo que se levanta. ■

(Tradução de Agostinho Santos Silva)

* Escritor chileno. Última obra editada em Portugal: *História de um Gato e de um Rato que se Tornaram Amigos*, Porto Editora, Porto, Julho de 2019.

[1] N.d.R. Ler «Santiago em Setembro», *Le Monde diplomatique* – edição portuguesa, Setembro de 2013.

[2] N.d.R. Os bilhetes de metro são mais baratos fora das horas de ponta.